



É “inoportuno” mexer no Ministério Público

Presidente clarificou que não é necessário haver revisão constitucional para alterar o Conselho Superior, mas é preciso que haja promulgação

Erika Nunes*
erika@jn.pt

POLÉMICA A alteração da composição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), defendida pelo PSD no debate sobre o novo Estatuto do Ministério Público, não exige revisão constitucional, mas tem de ser promulgada pelo presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que tal promulgação seria “inoportuna”.

“A mera alteração da composição não exige revisão constitucional, exige que o presidente promulgue. E ficou patente eu ter considerado inoportuna essa questão”, afirmou o presidente da República, que tinha dito, anteontem, que a referida alteração exigia revisão constitucional. “Foi o projeto que foi suscitado em primeiro lugar. Isso exigia re-



visão constitucional. A mera alteração da composição não exige revisão constitucional”, acrescentou Marcelo Rebelo de Sousa.

As posições assumidas durante o debate parlamentar, quer pelo deputado Carlos Peixoto, do PSD, quer pelo deputado socialista Jorge Lacão, de aumentar a proporção de não magistrados naquele órgão, aumentando o número de nomeados politicamente, foi entre-

Presidente não apoia Conselho Superior do Ministério Público com mais elementos nomeados politicamente

tanto desmentida pelo último. “Não é propósito do grupo parlamentar do PS alterar o critério de garantia de uma maioria de magistrados do Ministério Público superior aos elementos eleitos ou designados fora dessa magistratura”, assegurou também a bancada socialista, em comunicado.

Joana Marques Vidal, a anterior procuradora-geral da República, defendeu ontem a continuidade da maioria de magistrados no CSMP, recordando “ser a independência dos tribunais um pressuposto do estado de direito democrático”, à qual equivale “a autonomia do Ministério Público”.

Mantém-se a greve do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público para o princípio de fevereiro, em protesto pela perda de autonomia do CSMP. ●

*COM JOAQUIM GOMES E LUSA